# ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BS

Aos 21 dias do mês de maio de dois mil e treze, em segunda chamada, composta a mesa pelo Presidente Arq. e Urbanista José Mauro Dedemo Orlandini, Vice-presidente Celso Garagnani, representante do Ciesp/Cubatão, neste ato chamado de Vice-presidente e pela Secretária Executiva, Maria Wanda Iório, representante do DAEE, neste ato chamada de Secretária; o Vice-presidente abriu a 37ª reunião ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista, realizada no SESC - Bertioga sito à Rua Pastor Djalma da Silva Coimbra 20, Jardim da Praia – Bertioga-SP –, à qual estiveram presentes os seguintes membros: Representantes do Estado: Maria Wanda Iorio (DAEE), Mário Benetati Filho (SABESP), Leandro Sechaus Loper (SABESP), Dalton Setoyama Incerpi (SMA), Maria Emília Botelho (CETESB), Nassim Miguel Caram (EMAE); Representantes dos Municípios: José Mauro Dedemo Orlandini (P. M de Bertioga), Nelson Antonio Portéro Júnior (P. M. de Bertioga), Silvano Lacerda (P. M. Cubatão), Sarita Patero Rodrigues Silva (P. M. de Guarujá), Rosana Filippini de Oliveira (P.M. de Itanhaém), Rui Lemos Smith (P. M de Praia Grande) e Gilmar de Almeida Peralta (P.M. de São Vicente); Entidades Representantes da Sociedade Civil: José dos Santos Silva Junior (ADDUSP), Manuel Pereira de Lima (Rotary Clube do Brasil), Celso Garagnani (Ciesp/Cubatão), Davis Gruber Sonsolo (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Unesp/Campus São Vicente), Luciano Valadares (Associação Brasileira de Equilíbrio Noocratico (Equinócio)),Fabrício Gandini Caldeira (Instituto Maramar), Antonio Terras (SINDQUIM), Ademar Salgosa Jr. (Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos), José Fabiano Madeira (Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cubatão), Zulma dos Santos (Associação Teto e Chão da Baixada Santista), e José Maciel de Brito (Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São Vicente); Convidados: Valéria Valadão (ANDES), Felype Quinto (ANDES), Fernanda A. D Sobral (CETESB), Beatriz D. Rui (CETESB), Enedir Rodrigues (CETESB), Maria Hélia Farias (SMA/CTR3), Maria Leontina (SES – GVS – XXV, Luiz (SES/GVS XXV), Luiz Carlos Pacífico Jr. (Câmara), Ian Ernest (Câmara), Angelita Monteiro (DAEE) Ruy Waldemar Sellmer (DAEE), Marcos Miguel (Agenda 21-Guarujá), Marisa Roitman (Secretária de Meio Ambiente da Prefeitura de Bertioga), Cynara Martins (OAB), Ronaldo Vasques para deliberação da seguinte ordem do dia: 01- Abertura; 02-Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária de 26 de março de 2013; 03-Comunicados da Secretaria Executiva; 04- Ato solene; 05-Deliberação CBH-BS nº 242 de 21 de maio de 2013 - “Aprova transferência de recursos financeiros da sub-conta do FEHIDRO do CBH-BS, para a sub-conta do FEHIDRO do CBH-MP ”; 06-Deliberação CBH-BS nº 243 de 21 de maio de 2013 - “Aprova a transferência de recursos de investimento do FEHIDRO para o CBH-RB”; 07-Deliberação CBH-BS nº 244 de 21 de maio de 2013 – Composição de Câmaras Técnicas; 08-Desassoreamento do Rio Cubatão e outros cursos d‘água – DAEE/CETESB; 09– Assuntos Gerais e 10 – Encerramento. Iniciando a reunião, o Presidente agradeceu a presença de todos, dizendo do orgulho de receber a todos na sua Cidade, pediu desculpas antecipadas por falhas que venham a ocorrer, uma vez que era pela primeira vez que participava da condução nesse tipo de trabalho, agradeceu a Secretária Executiva, ao Vice-presidente e demais integrantes do CBH-BS que fazem parte desse trabalho tão importante na questão hídrica do Estado de São Paulo. Informou que esteve na semana anterior juntamente com o Sr. Nelson Portéro, na cidade de São Manuel, onde foi feita uma chamada a todos os Presidentes dos CBHs para tratar do Fórum Paulista dos Comitês; e, nessa oportunidade, entre outros assuntos, foi discutido o financiamento do suporte técnico à Sociedade Civil dos Comitês . A seguir, agradeceu o Vereador Pacífico, Sra. Marisa Roitman – Secretária do Meio Ambiente da Prefeitura de Bertioga. Salientou que em todas as reuniões reforçará a importância de prioridades de ações positivas, que efetivamente aconteçam, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do cidadão, aprimorar essa relação com a natureza, meio ambiente e tudo mais. A seguir passou ao item 02 da pauta: Leitura, discussão e aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária, de 26/03/2013. O Sr. José dos Santos da Silva Junior (ADDUSP) solicitou a dispensa da leitura, uma vez que todos a receberam com antecipação. A Sra. Zulma dos Santos (Associação Teto e Chão da Baixada Santista), solicitou que constasse na Ata o desassoreamento do Rio Cubatão, assim como a presença da CETESB, da UNESP e das entidades que possuem estudos sobre o assunto. O Sr. Gilmar de Almeida Peralta – P. M de São Vicente solicitou que o seu nome fosse incluído, pois não constou da Ata. A seguir o Presidente submeteu a ata a votação com as devidas ressalvas, e a mesma foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente passou ao item 03 da pauta: “Comunicados da Secretaria Executiva”, e solicitou à Secretária Executiva que os fizesse. Cumprimentando os presentes, a Secretária Executiva, passou a comunicar: 01) No dia 29 de abril p.p., aconteceu a reunião dos Secretários Executivos, e, nessa oportunidade foram apresentados os critérios para avaliação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, norteado pelas Oficinas de pactuação que aconteceram regionalmente; 02) Na reunião do CRH, ocorrida no dia 30 de abril p.p, foi aprovada a cota parte do CBH-BS que é de 3.46%, e, no dia 27 de junho, a SECOFEHIDRO apresentará o valor monetário que esse percentual representa, e ressaltou também os recursos da cobrança pelo uso da água que está em torno de 9 milhões; 03) O segmento dos Municípios participará da Câmara Técnica de Planejamento do CRH, cadeira reivindicada pelo representante do 3º grupo, presidente do CBH-BS, José Mauro Dedemo Orlandini na reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) no dia 30/04/2013 e, solicitou ao Sr. Nelson Portero que esteve presente à reunião para falar sobre o assunto. O Sr. Nelson informou que, foi solicitado pelos organizadores, que o Segmento Município apresentasse seus representantes para as Câmaras Técnicas do Conselho, tendo 4 cadeiras para a Região Metropolitana da Baixada Santista e 3 cadeiras para Litoral Norte, sendo este último já contatado. Portanto nessa reunião, foi indicado como representante da Câmara Técnica de Planejamento - Bertioga restando as seguintes Câmaras para representação do segmento: a de Assuntos Jurídicos e Institucionais, a de Águas Subterrâneas, a de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, a de Educação Ambiental, Capacitação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos, a de Proteção das Águas. Seguiu-se intensa discussão com a finalidade de escolha das 04 Câmaras técnicas que a Baixada Santista representaria, sendo elas: Planejamento, Usos Múltiplos, Proteção das Águas e Educação Ambiental. A seguir foram definidos os representantes de cada Prefeitura, como segue: Planejamento (Prefeitura Municipal de Bertioga); Proteção das Águas (Prefeitura Municipal de Cubatão); Usos Múltiplos (Prefeitura Municipal de Itanhaém) e Educação Ambienta (Prefeitura Municipal de Guarujá). Concluindo o CBH-LN representaria: a de Assuntos Jurídicos e Institucionais, a de Águas Subterrâneas, a de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos; 04) Comunicou que, com referência à Deliberação CBH-BS nº 237/2012, Recursos Fehidro para 2013, foram recebidos pela Secretaria Executiva 24 projetos, os quais estão sendo analisados pela Câmara Técnica de Planejamento; 05) Informou que o CBH-BS, em 2012, aprovou 12 projetos dois quais, 05 foram cancelados pelos Agentes Técnicos. O Vice-presidente manifestou-se quanto ao cancelamento dos projetos, observando que, a lei 7663, define claramente que o Comitê de Bacia Hidrográfica é deliberativo e cabe a ele decidir as prioridades de aplicação dos seus recursos e não entender, o porque do cancelamento e gostaria de ser esclarecido, tanto no aspecto técnico de elaboração de projeto, como nos legais, como um parecerista técnico pode cancelar um projeto. O Sr. Davis (UNESP) manifestou-se dizendo fazer parte da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão, e que, no momento estavam analisando os projetos em conformidade com a deliberação nº 237/2012, garantindo que o aval da Câmara Técnica sobre um determinado projeto é uma chancela de qualidade desse projeto, corroborada pela Plenária do CBH-BS. A representante da CETESB Sra. Maria Emília esclareceu, que houve uma auditoria da Secretaria da Fazenda junto a todos os Comitês e o resultado foi muito negativo, tanto para os Tomadores do Estado, do Município e da Sociedade Civil quanto ao conteúdo dos projetos e veracidade da existência das ONGs. Falou ainda da necessidade de se tratar dos Recursos disponíveis que são muitos, em problemas que venham de encontro com as necessidades da comunidade, da população e a região. Quanto aos projetos de Educação Ambiental informou ainda que o Estado está sempre de portas abertas para receber quem quer que seja para maiores esclarecimentos. O Sr. Fabricio (Instituto Maramar) relatou que seu Instituto já captou recursos para 3 projetos no FEHIDRO e quanto a auditoria do TCE, uma das conclusões foi que o próprio Estado é um dos principais Tomadores e inadimplente no processo, e em recente deliberação foi solicitado o Cadastro das Entidades, sendo que o Maramar já se encontra cadastrada. O Sr. Paulo Archote manifestou-se dizendo que havia realizado dois projetos para São Vicente, e em um deles houve quatro mudanças de Agente Técnico, o que despendia tempo; porém uma outra experiência foi bastante positiva, pois as Agentes Técnicas (Cristina, Claudia Lampareli e Lilian – CETESB) fizeram com que o Projeto tivesse um nível bem melhor. 06) informou que estavam abertas as inscrições para 03 vagas do Curso de Governança na América Latina, disponibilizadas pela Agência Nacional das Águas. 07) Finalizando, os Comunicados, a Secretária solicitou ao Sr. Rui Sellmer (DAEE) que posicionasse o plenário sobre o andamento da Cobrança pelo Uso da Água na Baixada Santista. Iniciando, o Eng. Rui informou que no ano passado a cobrança ocorreu normalmente e que a inadimplência foi pequena e que atualmente há 03 pessoas trabalhando diretamente na cobrança em Itanhaém. Em 2013 foram emitidos os boletos referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, com os mesmos valores de cobrança de 2012, e que, a partir de maio seriam emitidos boletos com os valores de cobrança de 2013, fazendo assim o ajuste com a cobrança anterior. Entretanto, o Órgão que cuida do programa da cobrança, teve um problema de software, ocorrendo atrasos e os boletos só foram emitidos na semana passada; disse da necessidade urgente de ter um software para a cobrança da Baixada Santista, para que no próximo ano não tenhamos os mesmos problemas. Solicitou à Sra. Angelita – responsável pela cobrança na Baixada Santista para que falasse um pouco sobre o andamento da cobrança. Iniciando, a Sra. Angelita – DAEE, apresentou-se ao Plenário e disse que está ajudando na Cobrança da Baixada Santista bem como na implantação da Cobrança no Alto Tietê. Acrescentou que na Baixada Santista a maior dificuldade havida foi a implantação do sistema. Hoje, trabalha-se com um software do Estado, e somos os pioneiros, uma vez que, somos o único Comitê que pelo 2º ano consecutivo a trabalhar com o software do Estado. Assim sendo, ocorreram muitos erros, os quais tiveram que serem corrigidos, gerando com isso todo um atraso no nº de parcelas a serem enviadas as empresas outorgadas que foi em nº de 7 parcelas. Expostos esses motivos, solicitou ao Plenário encarecidamente um sistema que consiga gerenciar esses boletos, pois neste ano houve um aumento de 04 empresas novas, perdemos duas empresas, a inadimplência ficou em torno de 0,04%, o que representa três usuários. A arrecadação foi em torno de 8 a 9 milhões. Colocou-se à disposição para maiores esclarecimentos. Complementando o Sr. Rui- DAEE esclareceu que existe duas frentes para realizar a gestão da cobrança, a 1ª é a complementação do Cadastro da Cobrança (AEASV), o 2º o DAEE como tomador realizando o desenvolvimento do software que gerencia os boletos e aquisição de computadores, enfim a infraestrutura para a gestão da cobrança, e uma 3ª reivindicada, interligando os dois primeiros, num sistema georreferenciado.Complementando, o vice-presidente Celso Garagnani, relembra que está previsto uma parcela da Cobrança para custeio e que os 2 Projetos(AEASV e DAEE), façam uma proposta complementar de verba de custeio, para que se tenha realmente uma solução. O Presidente propõe então uma reunião com o Secretário de Recursos Hídricos ,a qual é aceita por todos**.** A seguir é feita ao Sr. Presidente a solicitação de inversão de pauta do item 4 (Ato Solene) para o item 8 **(**Desassoreamento do Rio Cubatão e outros cursos d‘água – DAEE/CETESB). O Presidente convidou para assentar a mesa o representante do DAEE – Rui Sellmer, as representantes da S M A , Beatriz e Fernanda, e, o representante da CETESB-Cubatão Enedir**.** A seguir os convidados se apresentam: Sra. Beatriz - Boa tarde, meu nome é Beatriz, trabalho há 3 anos na CETESB no setor de qualidade de águas superficiais e cuidei do monitoramento do Estado de São Paulo. Sra. Fernanda – Boa tarde, eu sou a Fernanda, sou Geóloga, trabalho na Instituição de Avaliação de Obras Hidráulicas e Lineares, da CETESB, mais efetivamente na parte de Licenciamento Ambiental. Sr. Rui- Eu sou Rui, do DAEE, hoje estou respondendo pelo expediente da Diretoria de Itanhaém. Sr. Enedir - Boa tarde, sou Enedir Rodrigues, sou Engenheiro e trabalho na Agencia Ambiental de Cubatão. O representante do CIESP, Celso Garagnani, coordena a mesa e demonstra preocupação com as questões advindas da dragagem, da falta de dragagem, se podemos dizer assim, do Rio Cubatão em todas as suas dependências O que gostaríamos de saber é: se precisa dragar, por que não dragar? Em seguida, o representante do município de Cubatão, inicia seu relato sobre as chuvas acometidas naquela cidade no dia 22 de fevereiro p.p., com registros pluviométricos de até 200ml em menos de 2 horas, agravados por fissuras na crista da Serra do Mar, que contribuiu para os deslizamentos ocorridos, assoreando ainda mais a calha do leito do rio que já se encontrava comprometida, sem falar nos problemas sociais advindos da inundação. Relatou e comprovou documentos enviados ao DAEE desde 2010, solicitando estudos e trabalhos efetivos da limpeza da calha dos Rios Cubatão, Perequê e Mogi e ao assunto não foi dada a seriedade devida, uma vez que , é de responsabilidade do Estado, representado pelo DAEE, em suas respectivas atribuições. Embora o DAEE tenha confirmado a necessidade de execução de serviços de desassoreamento no referido rio e seus afluentes, para minimizar os efeitos de enchentes nas áreas ribeirinhas, porém, por se constituir intervenções de alta complexidade, é necessário estar embasado por estudos maiores e projetos para a sua execução que deverão ser executados por meio de empresas contratadas e para isso, o DAEE deverá dispor de recursos orçamentários não disponíveis no momento. Colocou ainda que o desaparelhamento do DAEE e seu sucateamento é mais de que notório, e coloca como proposta a realização de uma Moção ao Governador e a Secretaria da pasta, no caso SSRH. A Sra. Zulma da Associação Teto e Chão, confirma as palavras de Silvano. O representante Jose (ADDUSPP), diz que é o forum ideal para tais discussões e para a próxima estação das águas, temos aproximadamente 6 meses para realização de estudos porque é catástrofe anunciada. O representante da Associação de Engenheiros de Cubatão, Sr. Jose Fabiano, pactua com as palavras de Silvano concernentes as duas bacias principais a de Cubatão e a do Mogi que se faça a drenagem do Rio Cubatão e seus principais afluentes. Em seguida Rui Sellmer ( DAEE ) manifestou-se dizendo que sua missão nesta reunião era relatar que foi feito um acordo entre SSRH através de seu Secretário, DAEE pelo seu Superintendente , Comissão de Vereadores e Presidente da Câmara de Cubatão, que num prazo de 30 dias seria dado um encaminhamento a questão, pois, além do DAEE, outras secretarias estariam envolvidas como a CETESB (SMA),EMAE (Sec. Energia). Há de se fazer um novo projeto com batimetria , levantamentosnovos, quer seja: perfil do rio, áreas contaminadas, delimitação dessas áreas**.** Em seguida o representante da UNESP prof. Davis Consolo geólogo de formação, especialidade mestrado em geografia física comentou que uma obra de desassoreamento é importante do ponto de vista emergencial, porem se não houver ações de longo prazo, no sentido de garantir que se diminua a quantidade de sedimentos que são eventualmente direcionados para dentro da calha dos rios, pode ser um trabalho manual de enxugar gelo, porque anualmente é fato na Serra do Mar ter eventos catastróficos, ou seja, é da própria natureza da Serra do Mar o processo de movimento de massa, dinâmica, que não é nova, pois, já ocorreram em diversos lugares ao longo da Serra do Mar, tanto por intervenção humana ou por causa natural mesmo. Desta forma existem dois momentos importantes, um que é o de curto prazo de tentar solucionar esse assoreamento rápido, de imediato, mas há também uma ação que deve ser feita no sentido de médio e longo prazo, na retirada das populações que hoje habitam áreas que são inundadas e que são vulneráveis tanto a processo de movimento de massa quanto ao processo de inundação, porque senão anualmente nós vamos estar aqui reclamando uma ação do DAEE para desassoreamento de fundo de rio, rios esses que sabemos que têm sedimentos extremamente contaminados e que o próprio processo de desassoreamento pode causar outros processos tão graves quanto a inundação da casa das pessoas, então acho que qualquer movimento no sentido tanto de produzir um processo de desassoreamento que é importante de imediato num curtíssimo prazo, mas também as ações de médio e longo prazo se não forem tomadas, inclusive pelo próprio Poder Público Municipal, anualmente vai haver esse tipo de demanda de desassoreamento porque isso faz parte da própria dinâmica natural da Serra do Mar, enfim, do sistema de drenagem que está ali ao sopé da Serra do Mar. Comenta o representante do CIESP-Celso Garagnani – Vice presidente enfatizou que o Rio Cubatão até 1990 era dragado, quando alguns problemas foram encontrados e diante dos problemas a solução foi mudar e nunca mais o Rio foi dragado. O que existe hoje é uma situação emergencial, as chuvas de verão virão e não falta muito tempo e precisamos nos prevenir a elas e a solução permanente, é dragar regularmente o Rio Cubatão. É necessário que no orçamento do Estado, (DAEE) e no processo de Licenciamento Ambiental,(CETESB) se tenha toda uma rotina necessária para que se faça a manutenção de dragar regularmente o Rio Cubatão.Com a palavra o representante da CETESB Cubatão – Sr. Enedir que atribui o licenciamento a CETESB e o estudo da dragagem a Prefeitura de Cubatão no caso, e ao DAEE. Explicou ainda que a prefeitura deverá ´solicitar tais estudos e serviços ao Estado e desde 2009 a CETESB já reconhecia essa preocupação. Relata ainda que na época foi enviado a Prefeitura de Cubatão e ao DAEE ofício perguntando se tinham a intenção de dragar o Rio Cubatão, sendo a resposta positiva. O Rio foi dragado e o local para armazenamento do bota fora foi em um terreno que logo ficou contaminado, isto porque no Rio Cubatão existe uma borra de estireno. Portanto para dragar é necessário realizar um novo estudo e ao DAEE compete, (realizar a batimetria, caracterizar o resíduo que está no leito do rio, sua espessura, locais onde serão depositados os bota fora, as correntes, a hidrologia, etc...) pois, a CETESB compete somente o licenciamento ambiental. Portanto a CETESB já vem preocupada com essa situação, tanto é que nós estamos firmando com a CBE - Companhia Brasileira de Estireno um Termo de Ajustamento de Conduta, com a anuência da Promotoria de Cubatão**.** O Sr. Silvano – representante de Cubatão, reforçou que o DAEE teria que ter uma proposta de manutenção contínua em períodos estudados do rio Cubatão. Esclareceu ainda que na realidade tanto o Governo do Estado, quanto a Prefeitura Municipal de Cubatão tem tratado as questões de invasões em áreas de APP e das entrelinhas dos rios, com a retirada das pessoas, remoção, Projeto Serra do Mar, Projeto Vila Esperança. Portanto, a realidade é que 100% da Cidade de Cubatão ficou alagada, não só as populações ribeirinhas em situação de fragilidade social, mas todo o complexo industrial, a lagoa de tratamento de efluentes, assim como o material de contenção de óleo , da Petrobras, que é uma das empresas mais especializadas, foi parar dentro do rio dada a velocidade das águas, além do não funcionamento das drenagens urbanas, fazendo com que água represada subisse de forma assustadora num período de tempo muito curto. Portanto reitero o pedido ao CBH-BS para que seja enviado ao Governador e ao DAEE uma moção para que ele trate do caso com a devida urgência, porque as chuvas de verão estão próximas. O Sr. Nassim representante da EMAE deixa claro ao plenário do CBH-BS, que toda vez que a empresa vai realizar uma descarga ou abertura das comportas da Henry Bord, é expedido comunicado a CETESB, DEFESA CIVIL, SABESP, PREFEITURA DE CUBATÃO, enfim as entidades envolvidas do Município. Desde 93 a capacidade de turbinamento da usina para o Rio Cubatão é de 6 a 8 m3 por segundo. Portanto a EMAE, é sabedora de seus problemas e não será o bode expiatório do problema. A Sra. Fernanda da CETESB reforça que no âmbito do Licenciamento Ambiental tem a figura do estudo de avaliação de impacto que pode ser desde um estudo mais simples até um estudo mais complexo, mas isso é que vai nortear como essa atividade será feita de uma forma ambientalmente segura tanto para a população do município envolvido como para o meio ambiente. No momento ainda não temos a demanda da Prefeitura ou do DAEE porque ainda está numa fase que estão sendo feitos os estudos, então eu só queria colocar qual é a situação da CETESB. O Sr. Paulo Archote, sobre oassoreamento da calha do Rio Cubatão, um autor muito famoso de um livro de geologia ambiental da década de 70 já dizia que não existiam acidentes geológicos, o que ocorria era a ocupação humana de áreas geologicamente inadequadas, que é o caso daquela região, isso o Código Florestal já sabe, a 4.771 de 65 que já dizia que área de mais 45º grau eram APPS, que as margens do rios e as áreas cobertas por vegetação de mangue eram de Preservação Permanente, nunca levado em conta porque impedia o crescimento, isso é o primeiro fato. Hoje e naquela época não existiam eventos extremos como o de 22 de fevereiro, não existiam extremos, agora nós estamos falando que precisa dragar o Rio Cubatão, hoje se chovesse 150 milímetros em uma hora o que quê ia acontecer? Ia até ser pior. A solução do problema está na dragagem do Rio Cubatão, então temos que avançar até porque se dragar o Rio Cubatão isso vai causar problemas a jusante e a CODESP está gastando um dinheirão para alargar o Porto de Santos, isso não é bom para a empresa de Licenciamento Ambiental e de Dragagem, além disso, tem um monte de sedimento lá atrás, que se chover vai descer de novo, a questão é séria, eu acho que isso tem que ser abordado num contexto de sistema sedimentar. O Sr. Celso da Ciesp volta a afirmar que o rio precisa ser dragado e as perguntas que ficam: o DAEE é responsável para comandar esse processo? Isso é um problema de Governo? Existe, no âmbito da CETESB, Normas Técnicas e Resoluções CONAMA que estabelecem como que tem que ser trabalhada uma dragagem quando há suspeita de material contaminado? Existem tecnologias de aonde se põe um sedimento contaminado, aonde se põe um sedimento são e fazendo esse diagnóstico? Será que é tão difícil fazermos um estudo que defina numa fase emergencial o que fazer para o próximo verão e numa fase de longo prazo como manter o Rio Cubatão desassoreado? O Sr. Paulo da Sinergética reafirma que a solução está em associar a dragagem a outras medidas. Somente a dragagem não resolverá o problema. O Sr. Silvano de Cubatão reforça a necessidade de um plano de curto prazo para uma resposta e solução imediata, um plano de médio prazo e um plano de longo prazo; trabalhar associado com os deslizamentos, com as fissuras geológicas dos escorregamentos. Existe um parque tecnológico instalado em Cubatão de milhares, milhares, bilhões de dólares. A população está em risco. O DAEE precisa dar uma resposta imediata para as questões imediatas e precisa ser aparelhado, quer seja de recursos financeiros como de maquinários, para dar respostas aos anseios da RMBS pois é ele o responsável pelos cursos da água e, pelos rios. Mediante a inúmeras indagações, o Sr. Rui Sellmer – DAEE, responde que o DAEE procurará uma solução técnica para o conjunto dos problema. É encaminhado pelo representante do CIESP – Celso Garagnani as seguintes propostas: 1) Moção ao governo do Estado – priorizando recursos para solução emergencial. 2) O custo do estudo do desassoreamento e o Termo de Referência. Após acirradas discussões, o presidente propõe e é aceito pela Plenária, a formação de um grupo representado pela Mesa Coordenadora :Presidente, Vice Presidente e Secretária Executiva, para as tratativas discorrida na reunião: O rio Cubatão, uma questão emergencial – o desassoreamento e recursos; os cursos d´água pertencente a outros municípios**.** Prosseguindo o representante da ADDUSPP- Sr. José indaga a CETESB sobre os bolsões 7, 8 e 9, que desde 1986 que aquele Núcleo Habitacional lança todos os seus resíduos de esgoto no Rio Paranhos. Com o Programa Socioambiental da Serra do Mar, a população triplicou, l e os resíduos são todos jogados no Rio Paranhos, que já está completamente contaminado , pois a Vila Esperança, Vila Natal, também lançam esses resíduos no Rio Paranhos que por sua vez desagua no Rio Santana. Na reunião passada do Comitê solicitei que pedissem a CETESB o mapeamento dos pontos de contaminação do Rio Paranhos, desde aquele lago que forma-se nos bolsões até o desaguamento no Rio. A CETESB responde que oBolsão 7 e 9 são interligados na rede da SABESP, só o Bolsão 8 que é o antigo, que são aquelas casas que são as palafitas que o esgoto ali é in natura, então são essas as contribuições de efluentes sanitários no Rio Paraíso, e a CETESB tem poder de multa. A seguir, o Presidente passou ao item 05 da pauta: “Deliberação CBH-BS nº 242 de 21 de maio de 2013 - “Aprova transferência de recursos financeiros da sub-conta do FEHIDRO do CBH-BS, para a sub-conta do FEHIDRO do CBH-MP ”; observando tratar-se da transferência de recursos R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), para a realização do evento “Diálogo Interbacias”, e a submeteu à votação do Plenário e a mesma foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo o Sr. Presidente passou ao Item 06 da pauta: “Deliberação CBH-BS nº 243 de 21 de maio de 2013 - “Aprova a transferência de recursos de investimento do FEHIDRO para o CBH-RB”, e informou tratar-se da transferência de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) para o Comitê do Ribeira, para atender o projeto de articulação entre os Comitês da Vertente Litorânea; a seguir submeteu a Deliberação 243/2013 à votação do Plenário, e a mesma foi aprovada por unanimidade. A seguir passou ao item 07 da pauta: 07-Deliberação CBH-BS nº 244 de 21 de maio de 2013 – “Composição de Câmaras Técnicas”. Após várias discussões, o Vice-presidente propôs, caso houvesse concordância do Plenário, manter a composição das Câmaras Técnicas como estavam até à próxima reunião. O Presidente propôs que o assunto seja motivo do 1º item da pauta da próxima reunião. Prosseguindo, o presidente retomou ao item 04 da pauta: “Ato Solene” e convidou a Secretária Executiva para tratar o assunto. Iniciando a Secretária passou a anunciar os novos representantes eleitos: a) Município: 01) Titular: José Mauro Dedemo Orlandini – Prefeitura Municipal de Bertioga; 01A) Suplente: Nelson Antonio Portero Junior; 02) Titular: Marcia Rosa de Mendonça Silva – Prefeitura Municipal de Cubatão; 02A) Suplente: Silvano Lacerda – Prefeitura Municipal de Cubatão; Silvano Lacerda o suplente, 03) Titular: Maria Antonieta de Brito – Prefeitura Municipal de Guarujá; 03A) Suplente: Sarita Patero Rodrigues Silva – Prefeitura Municipal de Guarujá; 04) Titular: Marco Aurélio Gomes dos Santos – Prefeitura Municipal de Itanhaém, 04A) Suplente: Rosana Felippini Bifulco de Oliveira – Prefeitura Municipal de Itanhaém; 05) Titular: Artur Parada Prócida – Prefeitura Municipal de Mongaguá; 05A) Suplente: Tenisson Azevedo Marques – Prefeitura Municipal de Mongaguá; 06) Titular: Haroldo Borille – Prefeitura Municipal de Peruibe; 06A) Suplente: Edméa Frossard de Castro – Prefeitura Municipal de Peruibe; 07) Titular: Alberto Pereira Mourão – Prefeitura Municipal de Praia Grande; 07A) Suplente: Rui Lemos Smith – Prefeitura Municipal de Praia Grande; 08) Titular: Paulo Alexandre Pereira Barbosa – Prefeitura Municipal de Santos, 08A) Suplente: Luciano Leme do Prado Cascione; 09) Titular: Luís Cláudio Bili Lins da Silva – Prefeitura Municipal de São Vicente, 09A) Suplente: Gilmar de Almeida Peralta – Prefeitura Municipal de São Vicente. Pelo Segmento Estado: 01) Titular: Maria Wanda Iorio – DAEE, 01A) Suplente: Jair Watanabe; 02) Titular: Mário Benetati Filho – SABESP, 02A) Suplente: Leandro Sechaus Loper, 03) Titular: Dalton Setoyama Incerpi – SMA, 03A) Suplente: Marcos Paulo de Oliveira Alves; 04) Titular: Maria Emília Botelho – CETESB, 04A) Suplente: Marcos da Silva Cipriano – CETESB, 05) Titular: Florise Malvezzi - Sec. Saúde, 05A) Suplente: Elias Carlos Daccache – Sec. Saúde; 06) Titular: Nassim Miguel Caram – EMAE, 06A) Suplente: Antonio Roberto Hohmuth – EMAE; 07 – Titular: Ruy Pinheiro de Oliveira Junior – DERSA, 07A) Suplente: Giancarlo Miguel Demartis – DERSA; 08 – Titular: João Cláudio Pereira de Alencastro – Sec. De Turismo, 08A) Suplente: José Olírio Barbosa; 09 – Titular: Antonio Cesar Simão – Sec. De Planejamento, 09A) Suplente: Leonardo Moretti Manço. A seguir o Presidente passou ao item 09 da pauta: “Assuntos Gerais”. A Sra. Rosana passou às mãos da Secretária Executiva 10 exemplares do Atlas Ambiental e 20 CDs do Município de Itanhaém, realizado com recursos do FEHIDRO; A Sra. Marisa Roitman Secretária de Meio Ambiente de Bertioga falou do projeto Barco Escola, financiado pelo FEHIDRO e inaugurado no sábado anterior, o qual atenderá as crianças das escolas públicas da região, e, convidou os membros do Comitê para com eles, em uma viagem visitar os rios e mangues de Bertioga; informou também sobre realização da Conferência Regional de Meio Ambiente, encaminhado pelo IBAMA; informou que a Conferência municipal será realizada dentro da semana do meio ambiente; e que para a Conferência Regional, o pessoal do IBAMA solicita também o apoio do Comitê. O Sr. Davis (UNESP) comunicou que, até o mês de julho estão abertas as inscrições para trabalhos para o Congresso Internacional de Planejamento Sustentável de Bacias Hidrográficas, que vai ocorrer no Campus da UNESP de Presidente Prudente, vai ser um congresso bastante interessante, do Brasil e fora do Brasil, é um congresso internacional, vai ser em novembro de 2013 e abertura de trabalhos até julho desse ano. A seguir o Presidente agradeceu ao SESC, entidade instalada naquele Município que contribui e contribuiu muito para a história de Bertioga, na própria emancipação, sempre esteve presente, e é um grande parceiro da cidade através da administração, dessa forma, não poderia deixar esse registro, a importância do SESC aqui para a nossa cidade; fez a entrega de lembrança do município e uma revista com a história e aniversário da cidade. Agradeceu a todos os presentes e nada mais tendo a tratar, encerrou as reunião às 18h00.

 Arq. Urb. José Mauro Dedemo Orlandini Celso Garagnani Maria Wanda Iorio

 Presidente Vice-Presidente Sec. Executiva